

Resenha de KNAUSS,  
Paulo de Mendonça. *O Rio  
de Janeiro da pacificação:  
franceses e portugueses  
na disputa colonial*. Rio  
de Janeiro: Secretaria  
Municipal de Cultura,  
Turismo e Esportes.  
Prefeitura do Rio de Janeiro,  
1991

## Naturais e invasores no Rio de Janeiro do Século XVI – A luta pela posse da terra

Roberto Mattos de Mendonça

Especialização *lato sensu* em História do Rio de Janeiro/UFF  
Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro  
Robertomattos15@yahoo.com.br

A Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, na década de 90 do século XX, na figura do professor Afonso Carlos Marques dos Santos, idealizador e organizador, decidiu publicar a *Biblioteca Carioca*, uma coletânea de livros cujo objetivo era resgatar a história e a cultura da cidade em obras dos mais variados campos do saber.

Delgado de Carvalho, João do Rio, Evelyn Furquim Werneck, entre outros, são autores cariocas que têm como cenário privilegiado a paisagem do Rio de Janeiro como pano de fundo para suas obras. A adaptação da dissertação de mestrado do professor Paulo Knauss de Mendonça – intitulada *O combate pelo fato: a França Antártica e a afirmação do domínio colonial lusitano na América – resultou no livro *O Rio de Janeiro da Pacificação* – publicação número 18, editada em 1991 –, que veio preencher uma lacuna na pesquisa em história colonial, cujo conteúdo nos remete ao embate entre portugueses e franceses, no Rio de Janeiro do século XVI, pela posse da terra na região da baía de Guanabara.*

Professor da Universidade Federal Fluminense, Paulo Knauss teve toda a sua vida acadêmica ligada à Instituição. Foi diretor do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, membro do Conselho Nacional de Arquivologia e membro suplente do Conselho Nacional de Política Cultural (CNPIC). Desenvolve pesquisas na área de História sobre as relações entre Memória e Patrimônio Cultural.

O leitor interessado em história da cidade do Rio de Janeiro encontrará, no livro *O Rio de Janeiro da Pacificação*, um estudo

de caso sobre o episódio da França Antártica. O objetivo principal da obra é indagar como a presença europeia se impôs ao longo do século XVI na América portuguesa e colocar, no centro da discussão, o relacionamento entre europeus e indígenas.

A obra abre novos caminhos para pensar a história da ocupação da baía de Guanabara pelos europeus – a baía era anteriormente dominada pelos tamoios e temiminós, eternos inimigos – por meio do debate historiográfico entre dois autores franceses e um brasileiro, propondo o deslocamento de alguns pressupostos clássicos da historiografia.

Assim como Sérgio Buarque de Holanda, em *Raízes do Brasil*, que utiliza as figuras de Antígona e Creonte de Sófocles para explicar a relação entre família e Estado, Paulo Knauss apropria-se de Perseu, figura mitológica que destruiu a fonte petrificadora da alma humana, para sinalizar o abandono de estudos concentrados no período quinhentista para a América portuguesa.

Desse modo, o primeiro capítulo do livro tem como fio norteador a crítica do próprio objeto fundado pela historiografia – o fato histórico –, embasando a sua pesquisa em fontes de época razoavelmente conhecidas e publicadas, como cartas francesas e portuguesas.

Refletindo sobre o ofício do historiador, o autor introduz o objeto de estudo, de modo reflexivo, de maneira que fatos e dados recolhidos sejam analisados, possibilitando uma eterna revisão do conhecimento para que se liberte a alma endurecida.

O segundo capítulo nos conduz à Expansão Marítima e Comercial, evocada por meio dos versos de Camões em *Os Lusíadas* – obra que trata do momento histórico em que europeus se lançam às Grandes Navegações. Com a maestria de quem entende do assunto, a dissertação flui de modo gradual tal qual as caravelas, posicionando-nos a respeito por quais motivos os países ibéricos transformaram o quadro estrutural da economia europeia.

A partir da perda do controle exclusivo da atividade comercial no oceano Índico, Portugal volta-se para o Atlântico, intensificando a sua preocupação com as novas terras “descobertas”. Dessa forma, o contato com o índio se intensifica e, conseqüentemente, os conflitos. Desde o início, o relacionamento entre índios e portugueses foi de embate. Confrontando autores de opiniões antagônicas, como Florestan Fernandes e Pierre Clastres, Paulo Knauss faz um balanço da sociedade tupinambá identificando uma interdependência entre o sistema guerreiro e o de relações sociais dos tupinambás no primeiro autor; em seguida, constata que a sociedade primitiva é uma sociedade para a guerra no último. Assim, chega à conclusão de que o contato com os indígenas e europeus assumiu diversas formas e que o indígena deve ter o papel realçado nos conflitos.

O capítulo seguinte emerge a partir da análise das representações construídas que sustentam o discurso histórico consagrado por meio da crítica à produção historiográfica. Utilizando fontes históricas de diferentes planos, como a pintura de Rodolfo Amoedo, *O último tamoio*, e o poema de Gonçalves de Magalhães, *A Confederação dos Tamoios* – ambas da segunda metade do século XIX –, observamos o esforço de Knauss para nos esclarecer

que essa vontade de valorizar o índio, transformando-o em símbolo nacional eternizado pelo Indianismo – movimento romântico da primeira metade do século XIX – não está presente na produção historiográfica de Robert Southey, Francisco Adolfo Varnhagen, Paul Gaffarel e Arthur Heulhard. Nesses quatro autores, o elemento indígena tem pouca importância no evento da tentativa de estabelecimento de franceses na baía de Guanabara, sendo consagrado o fato em si da constituição da França Antártica.

No desenrolar do capítulo, constatamos a crítica ferrenha aos estudos do século XX ao aprofundar a articulação da presença europeia com a atuação do elemento indígena na medida em que afirma que a problematização do evento França Antártica permanece “enformada” nas obras do século XIX.

Esse capítulo tornou-se interessante em razão da escolha das diferentes nacionalidades das obras: inglês e brasileiro contra argumentos franceses. Analisado o combate historiográfico por meio de uma grande perspicácia, Paulo Knauss chega a uma surpreendente conclusão de que os autores citados anteriormente passam ao largo dos conflitos existentes entre os índios antes da chegada dos europeus e o papel destinado a eles na composição de forças pela posse efetiva da terra.

O quarto capítulo intitula-se O monumento ao colonialismo, pois trata do processo de gestação da futura cidade francesa ou portuguesa. Manuseando fontes de época, como mapas, relatos de Jean de Léry e André Thevet, além de cartas de Mem de Sá à regente D. Catarina, o texto nos envolve como um filme de suspense. Quem será bem-sucedido na ação militar entre franceses e portugueses? E seus aliados, como se comportarão? O desenrolar da presença europeia na região guanabarina será finalmente conhecido após a segunda parte da atuação lusitana no Rio de Janeiro, com a chegada de Estácio de Sá que, juntamente com os religiosos, manipulam os índios e instaura a discórdia entre eles, quebrando, dessa forma, a coesão do movimento de resistência ao estrangeiro.

A região da Guanabara já era uma área de conflito entre os índios. Tamoios expulsaram temiminós e perceberam que a ajuda dos estrangeiros era bem-vinda com a nova tecnologia. Europeus entraram nesse mundo de guerra tribal e escolheram seus lados. Tamoios e franceses se entenderam através do escambo; temiminós visualizaram a possibilidade de retorno às antigas terras, fazendo uma aliança com os portugueses.

Durante o período de 1549 e 1580, nada se fez além de combater os “insolentes” indígenas. Antônio de Salema, governador do Rio de Janeiro, foi mais além do combate, exterminando os tamoios de Cabo Frio e mostrando que a palavra melhor empregada por Mem de Sá, em seu relatório, deveria ser o que os portugueses buscavam junto à população nativa: submissão.

A metáfora da pacificação, nome do quinto capítulo, busca afirmar que, após completar o domínio português na região a construção das novas estruturas sociais – que tiveram seu início quando aportaram aqui, no Brasil, Pedro Álvares Cabral e seus comandados – foi

edificada por meio de constantes guerras legitimadas pelos ideais pacíficos embutidos pela documentação oficial.

Fazendo uso da cartografia para mostrar como era importante afirmar a nomenclatura da região portuguesas e francesas denominaram, de forma diferente, a região da baía de Guanabara. Essa variação de nomeação da área em litígio apresenta uma outra dimensão ao ser submetida à disputa colonial europeia. Mercadores de várias nacionalidades por aqui aportaram no século XVI e colocaram em xeque a autoridade do Tratado de Tordesilhas de 1494, contestado pelos reis franceses Francisco I e Henrique II, que não reconheciam a política do *mare clausum* e eram adeptos do *mare liberum*. Tal situação resultou nos conflitos empreendidos entre francos e lusitanos em torno da disputa da baía de Guanabara, cabendo aos lusos afastar a possibilidade da liberação dos mares.

A ação de Mem de Sá em 1560 impediu a fixação dos franceses, mas não de sua frequência, resultando, dessa forma, na necessidade de outra campanha militar com Estácio de Sá, que os expulsou em definitivo e “apaziguou” os indígenas. No entanto, agraciando-nos com informações guardadas em sua Caixa de Pandora, Knauss coloca na mesa o mapa de Jacques Van de Claye, de 1579, indicando que os franceses não abandonaram de vez a região e que estavam atuando em Cabo Frio devido a impossibilidade de estarem presentes no Rio de Janeiro.

Instalada a administração colonial, o rei português admite a necessidade de levar a cabo guerras contra as populações de aborígenes. Então, Tomé de Souza, Duarte da Costa e Mem de Sá experimentaram conflitos de proporções consideráveis com os nativos com campanhas militares exterminadoras de índios, impondo, dessa forma, seu controle. Os documentos redigidos pelos governadores tentam amenizar esse “genocídio” colocando a culpa nos gentios pela necessidade da guerra, priorizando o uso das palavras como pacificação, ficar pacífico e assossegado o gentio, buscando encontrar soluções para os conflitos gerados entre portugueses e indígenas.

A leitura de *O Rio de Janeiro da Pacificação* é importante em virtude da quantidade de informações extras que a historiografia oficial não contempla. O entrelaçamento das histórias e guerras indígenas com a história colonial, colocando o indígena como ator de primeira grandeza nas guerras coloniais, a disputa da região da Guanabara envolvendo reinos europeus, mas centralizadas nas figuras de Villegagnon e Mem de Sá, colocando-se em segundo plano de ação diplomática entre as Coroas, e a forma pela qual os europeus impuseram com sua força seu domínio no Rio de Janeiro é um tripé de sustentação da dissertação de Paulo Knauss, que percebemos ao longo da análise por ele defendida.

Fica aqui registrada somente uma crítica no âmbito linguístico: as citações no início de cada capítulo em língua estrangeira sem a devida tradução torna-se um tormento para quem deseja saber sua importância para o desenrolar dos acontecimentos. Acredito que o autor tenha domínio dos idiomas citados em exposição, mas seus leitores têm? Seriam obrigados

a ter o mesmo nível intelectual que seu autor? Teríamos que ser políglotas? Caso haja uma nova edição, que se faça a devida correção.

Recebido em 19/05/2014





